12 DE DEZEMBRO DE 2023
155ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS e ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - SIMÃO PEDRO
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - PAULO MANSUR
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - VITÃO DO CACHORRÃO
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - LUCAS BOVE
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
12 - SIMÃO PEDRO
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - REIS
Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
16 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido e suspende a sessão às 15h33min.
ORDEM DO DIA
17 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h41min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PL 1685/23. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 17 horas.
18 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
19 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 13/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 17 horas. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, passamos agora ao Pequeno Expediente. Convido a fazer uso da palavra, o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.)

Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Gilmaci Santos, telespectador da TV Assembleia, de novo aqui, por meio da tribuna da Assembleia Legislativa, eu quero pedir ao governo, à Assembleia Legislativa, para que nós possamos resolver definitivamente a situação dos professores categoria "O", admitidos pela Lei nº 1.093, de 2009, que impôs a interrupção dos contratos, impôs a quarentena, ora duzentena.

Essa lei tem prejudicado imensamente os profissionais da Educação, o Magistério estadual. Lembrando que nós temos, aproximadamente, 100 mil professores contratados nesse processo, nesse sistema de precarização.

O que nós estamos, agora, neste exato momento, preocupados e tentando resolver, é a situação da quebra de contratos, da demissão em massa de milhares, talvez 50, 40, 50 mil professores que serão demitidos da rede estadual por conta dessa famigerada lei.

Por isso, nós estamos lutando aqui, na Assembleia legislativa, e pressionando a Secretaria da Educação para que haja a prorrogação dos contratos de 2018, 2019 e 2020, como nós sempre fizemos aqui.

Em vários momentos a Assembleia Legislativa votou projetos prorrogando os contratos ou alterando esse tempo da quarentena. Nós temos a chance, nesse momento, de fazer novamente uma mudança nesse sentido.

Por isso que hoje, provavelmente, nós vamos debater e votar o projeto das APDs. O projeto que tem que garantir que as APDs sejam realizadas em local de livre escolha do professor, e não do secretário da Educação, como consta nesse projeto.

Nós apresentamos emendas alterando e garantindo esse direito aos professores da rede estadual, porém esse é um PLC, um projeto de lei complementar. Eu apresentei algumas emendas e, uma delas é muito importante, que é a emenda que garante a prorrogação dos contratos de todos os professores categoria "O", sobretudo os contratados em 2018, 2019 e 2020, para que eles não sejam cessados agora, no final do ano, e para que nós não tenhamos uma demissão em massa.

Eu já, inclusive, acionei o Ministério Público contra essa demissão em massa, - o MP está com a minha representação -, mas além dessa iniciativa importante, de pegar uma carona, no bom sentido, no PLC das APDs, porque é um PLC e a alteração da lei tem que ser por um PLC, eu tenho, também, o PLC 24, de 2015, que já está pronto para votação.

Ele já foi aprovado em todas as comissões e já está em regime de urgência, pode ser votado a qualquer momento. Aí, sim, resolve, definitivamente, essa situação. O PLC 24 acaba com as interrupções dos contratos e ainda garante que o professor categoria "O" possa utilizar o Iamspe, porque hoje ele não pode, a Lei nº 1.903 não traz essa garantia.

Então, temos dois instrumentos concretos, hoje, para acabar com esse terrorismo psicológico contra os professores categoria "O" da rede estadual. A emenda, o PLC das APDs, que provavelmente será debatido agora no congresso de comissões; e o nosso PLC nº 24.

Repito, esse e o melhor projeto, porque ele já resolve definitivamente, acaba exatamente com as interrupções dos contratos dos professores, de tal forma que o professor vai ficando, até que venha, logicamente, o definitivo.

Nós defendemos concurso público de provas e títulos para o ingresso no Magistério. E o governo fez um projeto para apenas 15 mil vagas, dizendo que vai chamar no ano que vem, mas para assumir só em 2025.

Então, nós vamos ter um colapso na rede estadual com a saída de 40, 50 mil professores, sobretudo professores de PEI. O que é um absurdo, professores que foram bem avaliados e deveriam continuar no programa serão praticamente expulsos da rede por conta da famigerada Lei 1.093, por conta da quarentena.

Isso é um absurdo. Isso tem que ser alterado, e as condições já estão dadas. Emenda ao PLC das APDs, e o PLC nº 24, de 2015, pronto para ser votado a qualquer momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado.

Com a palavra a deputado Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente, Gilmaci Santos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, "segundo o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, a população em situação de rua no Brasil teve aumentos de 1000% nos últimos dez anos, com base em dados do Cadastro Único.

Em 2013, havia 21.934 pessoas em situação de rua; neste ano, o número saltou para 227.087 pessoas. O levantamento feito por Marco Antônio Carvalho Natalino, especialista em políticas públicas e gestão governamental, em exercício da diretoria de estudos e políticas sociais do Ipea...

Muito importante, segundo Natalino, em entrevista para a "Folha de S. Paulo" - também "O Estado de S. Paulo" traz essa informação relevante: 'Quanto maior o tempo de permanência na rua, maior a probabilidade de problemas com familiares e companheiros ser um dos principais motivos que levou a pessoa à situação de rua.

O mesmo ocorre, e de forma ainda mais intensa, com os motivos de saúde - particularmente o uso abusivo do álcool e outras drogas. As razões econômicas, por sua vez, tais como o desemprego, estão associadas a situações de rua de mais curta duração'.

Entre as causas para o aumento da quantidade, em pessoas, de pessoas em situação de rua nos últimos dez anos, Natalino ressalta que há quase uma década o Brasil enfrenta crises econômicas sucessivas, inclusive com a volta da insegurança alimentar grave e da fome, situação agravada pela pandemia do Covid-19.

Natalino ainda complementa que, 12 anos atrás, não havia ninguém cadastrado como população de rua no Cadastro Único, porque nem existia lugar para marcar isso no formulário. O que cresceu é o número de pessoas em situação de rua cadastradas, e agora essas pessoas vão conseguir ter acesso aos programas sociais.

Ele ainda afirma que o número real de pessoas vivendo nas ruas é ainda maior, justamente porque nem todas estão cadastradas. Segundo a pesquisa, entre a população adulta, 70% tem alguma atividade de geração de renda, mas apenas 1% trabalha com carteira assinada. Natalino ainda complementa que parte dessa população é elegível ao "Bolsa Família", mas não recebe o benefício, muitas vezes por falta de documentos.

Na entrevista para a "Folha de S. Paulo", o Sr. Robson Mendonça, presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua, afirma que é preciso uma política pública séria com cadastro de todas as pessoas para que recebam os benefícios necessários. "O déficit habitacional é muito grande. É preciso criar alternativas habitacionais, pois sem endereço não há emprego, não há dignidade", diz.

Em julho deste ano, o Supremo Tribunal Federal determinou que estados e municípios deveriam seguir diretrizes da política nacional para a população em situação de rua. Determinou também que o governo federal entregasse um plano de ações em 120 dias.

Este plano, chamado 'Ruas Visíveis', foi entregue ontem no Palácio do Planalto. Cumprimento o presidente Lula por tal iniciativa. O plano conta com 99 ações e um orçamento de quase um bilhão de reais dividido em sete áreas: assistência social e segurança alimentar; saúde; violência institucional; cidadania, educação e cultura; habitação; trabalho e renda; e produção e gestão de dados.

Dentre as ações, uma das principais é o lançamento do programa piloto "Moradia Cidadã", que garante uma moradia para quem está em situação de rua, com acompanhamento da rede de assistência social e atendimento de equipe multidisciplinar.

Ressalto a importância de ser implantado um programa definitivo de moradia para pessoas em situação de rua, uma das principais demandas dos movimentos e organizações que atuam com o povo da rua.

Além do lançamento do plano, o presidente Lula regulamentou a Lei Júlio Lancellotti, que visa a proibição à arquitetura hostil, como, por exemplo, pedras embaixo de viadutos e divisórias em bancos.

Relembro que a efetiva implementação da renda básica de cidadania constitui uma das principais alternativas para garantia de uma saída digna da situação de rua, com liberdade real para todas e todos.

Sr. Presidente, permita apenas mencionar que, na reunião havida agora da bancada do PT, quando formulei a proposta de encaminhar uma solicitação de audiência com o presidente Lula para conversar com ele sobre a proposta de ser criado um grupo de trabalho para estudar os passos de evolução do "Bolsa Família" até a renda básica incondicional e universal, todos disseram que vão apoiar essa iniciativa, inclusive assinando a carta que vou encaminhar ao presidente Lula.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado e parabéns, deputado Eduardo Suplicy.

Com a palavra, a deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Bruno Zambelli. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente desta sessão, deputado Gilmaci, Sras. Deputadas e Srs. Deputados e público que nos acompanha nesta tarde de terça-feira, eu não poderia deixar passar batido de comentar aqui na tribuna o que é notícia hoje em todos os jornais e noticiários, que é a declaração que o governador Tarcísio deu ontem dizendo que a tarifa da Sabesp subirá, mesmo com privatização. Está aqui, manchete hoje no caderno de Economia da Folha de São Paulo. Também foi manchete do G1 no dia de hoje.

Por que a gente tem que comentar isso? Porque o governador, desde janeiro do começo deste ano, quando ele assumiu, ele vinha dizendo que era necessário fazer essa operação de privatizar a Sabesp, e um dos elementos da sua propaganda para convencer os seus deputados, para convencer parte da sociedade, era que, com isso, ele reduziria as tarifas da Sabesp.

Para isso, inclusive, contratou empresas para dar parecer e foi com esse argumento; dois argumentos: era redução da tarifa e universalização dos serviços até 2029.

Nós aqui buscamos desmentir essa afirmação do governo, desmentir os argumentos dele, porque já era claro e evidente que o objetivo das empresas que vêm buscar oportunidades de negócio aqui no Brasil, comprando ativos, comprando participação nas empresas públicas quando privatizadas - as concessões - é aumentar os seus lucros.

Elas vêm ávidas para aumentar os lucros. E, para aumentar os lucros, um dos itens fundamentais - para esse objetivo - é aumentar a tarifa. Foi assim que aconteceu com as rodovias; foi assim que aconteceu com a privatização da Eletropaulo, comprada pela AES, e agora essa nova empresa, a Enel, que tantos males tem causado para a nossa população. É assim com o serviço funerário aqui em São Paulo.

Então não vai ser diferente com a Sabesp, se ela for vendida de fato. Mas o pior é a cara de pau do governador. Ele passa a ideia de um Pinóquio, de um mentiroso. Passa uma ideia de um estelionato.

Essa afirmação dele - agora - depois que a Assembleia aprovou na semana passada, vem dizer que a tarifa vai aumentar. Não naquela velocidade, etc., que seria com os aumentos muito altos, mas em uma velocidade um pouco menor.

Ele contradiz o que ele disse em janeiro - vou aqui citar - quando ele disse: "A tarifa da Sabesp hoje..." Ah, não, essa aqui é a afirmação dele ontem. "A tarifa da Sabesp, hoje, vai subir ao longo do tempo. O que a gente garante é que ela vai subir em um valor menor."

Contradizendo todos os seus discursos - vou citar aqui uma frase do governador: "Vamos conseguir fazer o investimento, cumprir o prazo da universalização dos serviços, fazer mais ligações, mais estações de tratamento, investir no reuso, na diminuição das perdas e, ao mesmo tempo, reduzir as tarifas."

Ele disse isso, afirmou isso. Está impresso em todos os jornais, em todos os sites de comunicação. A secretária que vem aqui esta semana - se não me engano, amanhã - na Comissão de Infraestrutura - ou na quinta-feira -, Natália Resende, que esteve aqui na audiência pública para afirmar que não se reduziria... Que não se aumentariam as tarifas, ela disse: "Está escrito na lei, a gente se amarrou, a gente quis fazer isso." Se referindo ao compromisso de reduzir a tarifa.

E agora o governador, depois que aprova aqui, vem para os jornais com a maior cara de pau, com uma desfaçatez, para dizer que: "Não, a tarifa vai aumentar sim, talvez em um ritmo um pouco menor."

Eu fico imaginando o próprio deputado Vitão do Cachorrão, que acreditou nas palavras do governador, na secretária, e que votou nesse projeto acreditando nesses argumentos - que foi o que eu escutei aqui.

Agora, eu gostaria de escutar dos deputados que comentassem essa nova afirmação do Governo depois que está aprovado aqui pela Assembleia. Ou seja, nós superamos as etapas de debates aqui - que agora é na Justiça. Agora o debate vai para as câmaras municipais e como é que fica essa situação?

Por isso mesmo, Sr. Presidente, que nós vamos judicializar, porque esse é o caminho que o governador escolheu. Quando mandou um PL ao invés de uma Emenda Constitucional, que seria o caminho correto... Todos os juristas, os entendidos em Administração Pública, os grandes especialistas dizem que esse PL não poderia ter sido aceito; tem que ser uma Emenda Constitucional, porque a nossa Constituição é muito clara.

E segundo, porque é inconstitucional, então nós vamos ter que ir à Justiça.

Assim como esperamos que o Tribunal de Justiça acolha a nossa representação, nossa Ação Direta de Inconstitucionalidade, assim como esperamos também que o Supremo acolha e vote favorável ao nosso pedido de inconstitucionalidade das URAEs, que tira a autonomia dos municípios naquele arranjo que o governador fez para garantir que os contratos sejam extensos até 2060. Então, é um absurdo, é uma desfaçatez. Eu acho que essa Assembleia precisaria tomar alguma atitude.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Donato. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Passamos à Lista Suplementar, convidando para fazer o uso da palavra deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.)

Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur, tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. PAULO MANSUR - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar todos vocês. Cumprimentar Gilmaci, presidente em exercício aqui no nosso plenário da Assembleia. Cumprimentar a todos que estão nos assistindo na TV Alesp.

A gente viu agora na Argentina o presidente Milei tomando posse, vendo um país feliz, indo para as ruas, com bandeiras da Argentina, famílias, crianças. Nosso presidente Bolsonaro sendo um dos protagonistas com a popularidade dele que a gente vê diariamente aqui no Brasil. E vendo ele andar na rua, na calçada, as pessoas vindo querendo autógrafo, querendo tirar foto, a popularidade dele se estende a outros países.

Lá, na Argentina, o ano começa diferente do Brasil, o presidente ganha e logo depois de um mês já assume o mandato. E já assume o mandato dando canetada, que nem o presidente Bolsonaro: 18 ministérios reduzindo para nove ministérios, reduzindo para a metade dos ministérios, enxugando a máquina pública, querendo realmente privatizar os setores onde tem falência do Estado.

Eu parabenizo aqui o deputado Lucas Bove, parabenizo também Gil Diniz, Fabiana Bolsonaro, que estiveram presentes na posse do Milei, que foi algo histórico para a nossa direita conservadora e dá uma esperança para que o nosso País venha nesse caminho. Até pelo fato de a gente estar vendo o presidente Lula em exercício dando vergonha para nós, brasileiros.

Dando vergonha de gasto público, indo para hotéis e gastando 86 mil reais numa diária, indo viajar para fora mais do que administra o seu País. Ao longo desse tempo, foram meses e meses de viagem.

A gente precisa de um presidente atuante no nosso Brasil, que tenha olhar para os nossos déficits, tenha olhar para onde tem... Como ocorreu em estados aí, que acabou o mar tomando conta do município, e o presidente Lula fora do País.

Então, realmente nós precisamos de um presidente atuante. A gente está vendo a história agora na Argentina mudar, e que traz uma esperança para o Brasil. Se Deus quiser, Trump vem daqui dois anos assumindo, já está em primeiro lugar nas pesquisas dos Estados Unidos, e o nosso presidente Bolsonaro vem em 2026, porque é impossível ele não poder sair candidato num país onde a gente tem um condenado em segunda instância presidente do nosso País.

Se o Lula conseguiu sair candidato no nosso País, a esperança é que o nosso presidente Bolsonaro, por falar, por parlar, está sendo inelegível pela nossa Justiça brasileira.

Então, o que a gente espera é que, sim, a justiça seja feita, e que o presidente Bolsonaro realmente possa sair candidato no nosso País, para dar orgulho, que nem na Argentina, a gente está vendo o presidente Milei.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Tem a palavra o deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão.

O SR. VITÃO DO CACHORRÃO - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos, boa tarde, presidente em exercício, Gilmaci. Quero primeiro aqui agradecer a Deus, agradecer todos os funcionários desta Casa, em especial o pessoal da limpeza. Reis, você é um parceiro, está sempre comigo ali, deputado Reis, conversando com esse pessoal que é tão abençoado aí, limpando o banheiro, limpando o corredor, limpando nossos gabinetes. O que seria de nós sem o pessoal da limpeza?

Gilmaci, eu quero falar aqui do sonho de todo brasileiro e de todo ser humano, que é a construção de casas populares, Reis, nos municípios, eu tenho ido em alguns municípios.

Quero até dar os parabéns para o secretário Marcelo Branco, Gilmaci, e também para o governador Tarcísio de Freitas, Lucas Bove, porque tem muita gente aí no interior, e até mesmo aqui em São Paulo em área de risco. Então a gente perde a construção de casas populares.

E o governador que entrou recentemente... Eu já fui em muitas cidades aí. Por exemplo, em Porto Feliz inaugurou mais de 700 casas, projetos que estavam parados lá, que não saíam do papel, que faltava o acabamento.

A gente fez um requerimento - fez um pedido junto com a população, e eu fui nessas inaugurações - e eu imploro aqui para o governador Tarcísio de Freitas, e também para o secretário, Reis.

Em Sorocaba, por exemplo, uma cidade de 800 mil habitantes, a gente vai aí no interior e a gente quer continuar fazendo a inauguração de casas. Infelizmente, muitas pessoas foram sorteadas em Sorocaba, mas ainda eu não vi nenhuma casa construída, e na minha opinião o estado tem que fazer a parte para que seja construída a casa, e depois sorteada.

Porque a pessoa que está ali, muitas das vezes já estive no sorteio... Aquela senhora de chinelinho de dedo que não tem nem o que comer, que recebe aposentadoria, metade da aposentadoria ela gasta com medicamento. E o sonho de todos. Tem gente que chegou nos 70, 80 anos e não tem a casa própria.

Então eu peço. Já fiz em forma de ofício para o secretário Marcelo Branco, para que Sorocaba... Eu conheço a região da periferia. Inclusive, eu moro na Zona Norte. Quando eu venho aqui para trabalhar, infelizmente, a gente está lutando lá, e a gente vai conseguir, o governador já deu o OK de mais duas unidades do Bom Prato, inclusive uma na frente da Santa Casa.

Eu vejo crianças, infelizmente, comendo comida do lixo, porque não têm o que comer. Agora imagina não ter o que comer e não ter moradia. Então eu imploro aqui. Eu já fiz o pedido, já fui em Brasília também, fiz alguns ofícios, inclusive para o Marcos Pereira. Eu tenho certeza que o nosso deputado federal vai ajudar. É a construção de moradias.

Porque é um pecado sortear a moradia, Reis... Como é que você vai sortear algo que nem tem? Não foi feita nenhuma casa ainda. Inclusive nesse tempo que eu fiquei seis anos como vereador, as últimas construções populares que foram feitas em Sorocaba vêm do governo federal. Foram quase cinco mil apartamentos, que é do Carandá e Altos do Ipanema.

Agora a gente precisa que o estado olhe com carinho ali para Sorocaba, para que atenda esse pedido da população e do deputado Vitão do Cachorrão, que é construção de moradias.

Muita gente sonha com a sua casa própria, não tem condições. Mesmo, às vezes aposentado, com um salário mínimo, continua trabalhando ali, fazendo bico, e foram mais de mil pessoas sorteadas, e até agora nenhuma casa.

Tenho certeza que o governador vai atender nosso pedido, que nem atendeu aí das duas unidades do Bom Prato, que vai ser uma fixa e outra móvel. Sobre o Bom Prato, o governo do estado, a Secretaria já foi lá, já viu o local, já pediu a documentação.

As coisas estão andando, mas o que não pode, na minha opinião, é a gente fazer sorteio de casas e não ter nenhuma casa pronta ainda. Peço a Deus que comece o mais rápido possível, tem muitas áreas lá em Sorocaba que podem ser doadas para a construção de moradias, e muita gente que precisa, muita gente que me manda mensagem.

Eu passo meu celular, atendo a população no bairro, meu escritório continua lá, atendo no centro também, e muita gente perguntando para mim, "quando é que vão sair as casas em Sorocaba?". Até agora, nenhuma casa.

Então imploro para o Governo do Estado e para o secretário, deputado Paulo Mansur: moradia. Do mesmo jeito que V. Exa. luta pela Baixada e por todo o estado, Lucas Bove também, e o governador tem atendido, já que a gente tinha conversado e pedido para um governador que tem dado a resposta, então a gente pode pedir, porque acontece. Peço, de todo o coração, a construção de casas populares para Sorocaba. Que Deus abençoe a todos. Que a gente tenha um dia abençoado por Deus.

Muito obrigado, Gilmaci.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem a palavra o deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, aqueles que estão em seus gabinetes e estão nos acompanhando pela Rede Alesp, cumprimentar o presidente Gilmaci, o nosso candidato designado, ou designate candidate, cumprimentar os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica, e todos aqueles e aquelas que estão nos acompanhando pela rede Alesp.

Quero ressaltar aqui, deputado Vitão do Cachorrão, que várias vezes que eu falei aqui sobre o vale-coxinha, que é de 12 reais, que até agora o governador não reajustou o vale-refeição dos funcionários públicos, eu sempre cito V. Exa., porque eu sei que V. Exa. é muito conhecido em Sorocaba por conta da venda do cachorro-quente, e por isso que tem esse nome, "Vitão do Cachorrão".

Lá em Sorocaba, onde V. Exa. vende o cachorro-quente, é um cachorro-quente simples, um pão com salsicha, 12 reais, mais o suco, seis reais: 18 reais. O vale-refeição que o Tarcísio disponibiliza para os servidores públicos não paga sequer um cachorro-quente com um suco lá na sua empresa, onde, em Sorocaba, V. Exa. ficou muito conhecido com esse nome, Vitão do Cachorrão.

Quero fazer coro com o deputado Simão Pedro sobre essa questão, essa declaração do governador Tarcísio de Freitas, que ele não garante que não haverá aumento na tarifa de água. Com a privatização ele diz que sim, poderá haver aumentos.

E o grande debate que teve nesta Casa, o grande debate, inclusive com a sua secretária e com os deputados que votaram a favor da privatização, aqueles deputados que usaram o microfone aqui para defender a privatização, eles colocaram que não, que ele vai universalizar e vai reduzir os valores da tarifa de água.

E o Tarcísio desdisse tudo o que disse. Isso nós chamamos, lá na delegacia onde eu trabalho, quando as pessoas vão lá contar a história da Carochinha, que a gente faz o boletim de ocorrência, que as pessoas são vítimas, no dia a dia, de muitos golpes: isso nada mais é do que um estelionato, é falar uma coisa e fazer outra.

Esse estelionato levou conjuntamente muitos deputados que entraram no conto da Carochinha, nessa história do Tarcísio. E quem mais, deputado Simão Pedro, quem mais deu o melhor apelido, o melhor título, para o governador foi a Polícia Penal, o Sindicato da Polícia Penal, deputado Carlos Giannazi, eles chamaram o Tarcísio de "Tarcinóquio".

O que seria o Tarcinóquio? Uma mistura de Tarcísio com Pinóquio. E a história do Pinóquio é porque quanto mais o cara mentia, mais o nariz crescia. Então a Polícia Penal, que até hoje aguarda a regulamentação, aguarda esse projeto que foi prometido até o dia 15 de agosto e também aguarda o reajuste de seu salário e até hoje não chegou.

Eles, em uma assembleia, deram esse título. Então quando o governo vem aqui, traz um projeto, fala que vai acontecer uma coisa e depois desdisse o que falou, "olhe, não é bem isso, realmente poderá ter reajuste", isso vai fazer com que esse título que a Polícia Penal deu para ele seja carimbado, realmente. Seja efetivado. E nada mais é para a população do que um estelionato.

Eu sempre disse que a população não apoia a privatização. Tem pesquisas dizendo isso, pesquisas que foram feitas inclusive pelo "Datafolha". Mais de 50% da população de São Paulo é contra a privatização da Sabesp.

Mas o governo, na contramão da vontade popular, usou a sua tropa de choque aqui, irrigada por emendas parlamentares e por promessas futuras, para aprovar esse projeto. E acabaram aprovando.

E não é só a Sabesp. Virão outras empresas para serem privatizadas, como a Emae, a Empresa de Água e Energia. Também estão no calendário das privatizações. O Metrô, a CPTM, a entrega das terras devolutas. Então tudo isso é o significado do que representa o governo Tarcísio de Freitas. Ou, como disse a Polícia Penal, o "tarcinóquio".